



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 1 de fevereiro de 2019

No dia um de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 5 da sessão ordinária do dia 14 de dezembro, do ano 2018.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Descentralização – Lei-Quadro de Transferências de Competências para as Autarquias Locais – lei nº 50/2018, de 16 de agosto;

4.3. Descentralização – Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – lei nº 50/2018, de 16 de agosto;

4.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019. Artigo 6º da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015, de 17 de março;

4.5. CPCJ / Relatório Anual de Atividades e Avaliação, relativo ao ano de 2018/ Para conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros, à exceção de Manuel Carvalho, João Carlos Rodrigues, Marco Sousa, Lúcia Jorge, Adriano Costa, Joaquim Moura e João Santos.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Manuel Carvalho, António Eduardo Santos, Nuno Pereira, Ana Maria Martins, José Miranda Alves e João Surreira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Além do Senhor Vice-Presidente da Câmara, David Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Não esteve presente, o Senhor Presidente da Câmara, Orlando Alves, passando a exercer a competência o Sr. Vice-presidente David Teixeira.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Atenta a ausência do 2º Secretário da Mesa, Manuel Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou a deputada Ana Maria Barros Martins para compor Mesa como 2ª Secretária.

1 – Apreciação e votação da ata nº 5 da sessão ordinária do dia 14 de dezembro, do ano 2018.

A ata da sessão ordinária do dia 14 de dezembro de 2018 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Nuno Pereira, Ana Maria Barros Martins e Aníbal Ferreira.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Iva Rebelo, António Ferreira, Sandra Gonçalves, Ana Isabel Dias, Manuel Rebelo e Nuno Pereira.

O deputado Duarte Gonçalves entregou a seguinte moção à Mesa: “O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, expressando preocupação pela ausência de projetos previstos no PNi2030 para a região vem apresentar a seguinte moção: 1 – Exposição dos Motivos e Considerandos: a) A enorme e crescente preocupação com o galopante despovoamento e interioridade de nosso concelho; b) A fraca dinâmica empresarial e económica do concelho que carece de fatores de competitividade, nomeadamente ao nível dos acessos rodoviários que permitam encurtar distâncias para os mercados mais próximos de Chaves, Vila Real e Braga; c) O concelho de Montalegre, tem uma forte participação no PIB da região Norte, contribuindo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

com a exploração das suas riquezas naturais para o orçamento nacional, apesar disso tem sido constantemente esquecido pelos planos de investimento nacionais.

2 – Proposta: A Assembleia Municipal de Montalegre, reunida em 1 de fevereiro de 2019, preocupada com a crescente litoralização do país acentuada no Plano Nacional de Investimentos 2030 apresentado pelo Governo, o qual vem acentuar as desigualdades regionais, esquecendo a promoção da coesão territorial e nomeadamente dos concelhos do interior, propõe: a) reiterar de forma clara e inequívoca o seu desagrado por não ver as infraestruturas rodoviárias do concelho abrangidas pelo PNI2030, nomeadamente a beneficiação da EN103 desde Braga com ligação de Montalegre à A24 pelo Alto Fontão; b) Apelar ao Governo para que, reveja o PNI2030 no sentido de abranger projetos estruturantes para os concelhos do interior, e em especial o concelho de Montalegre; c) O envio desta deliberação ao Senhor Primeiro Ministro, Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Direções Parlamentares da Assembleia da República e CIM do Alto Tâmega. Assinado, o Grupo Municipal do PSD”.

Falou ainda sobre a Feira do Fumeiro, dizendo que o evento terminou com o sucesso a que nos habituou. Parabenizou os produtores porque mantêm a tradição do saber fazer. O certame atingiu a maturidade e tem que se inovar, pois qualquer negócio tem a sua fase de declínio. A projeção mediática é um bónus que deve ser aproveitado. Não há aproveitamento económico da fileira do fumeiro. A marca do Fumeiro de Montalegre está por explorar e os empresários locais não estão a aproveitar esta riqueza.

Disse ainda que o vídeo promocional da Feira do Fumeiro ridicularizou Montalegre. Os Barrosões não são aquilo. Ninguém se revê nele.

Finalizou, perguntando se o acordo com as Águas do Norte vai significar aumento dos custos para os municípios”.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Vice-presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, após a ressaca da feira do fumeiro, convém aqui debater e esclarecer as afirmações inverídicas que o partido socialista tem vindo a divulgar sobre a posição do PSD em relação ao investimento em Salto. O PSD de Montalegre não é contra Salto ou o Baixo Barroso, nem ignora a sua dimensão e importância, contudo, tem uma visão do concelho mais abrangente e quer que o progresso e o desenvolvimento se processem de forma harmoniosa por forma a não dar tudo a uns e os outros ficarem a ver navios. O PSD é apologista do combate ao despesismo e não concorda com um gasto de 3 milhões de euros num complexo desportivo quando se pode fazer pela metade desse custo, e não concorda com a compra de um imóvel devoluto nas Minas da Borralha por 95.000 euros sem destino pré-definido. Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Presidente, por esse montante, eu e porventura a grande parte dos presentes, alienava - se não de uma casa, mas de todos os palheiros que possuem.

E mais uma vez, a contra informação socialista vai rebuscar o passado e afirmar que o PSD enquanto na presidência, e passo a citar, só teve olhos para Pereira, onde fez a estradinha, que agora está em obras de alargamento.

Quem faz uma afirmação destas, o povo de Salto sabe que se trata de clamorosa mentira, porque em Salto todo o mundo sabe que a Câmara do PSD executou muitas obras e não somente a Estrada de Pereira. E para que constem em ata afirmo-as aqui: Estrada municipal de Salto a Corva, Ameal e Bagulhão; Estrada municipal de Salto a Carvalho até Beços; Estrada municipal de Reboreda a Taboadela e Seara; Ponte da Seara; Estrada da Borralha a Salto; Estrada de Pereira por Amiar c/expropriações; Saneamento da vila de Salto; Extensão do Centro de Saúde de Salto; Águas e Etar de Salto; Captação das águas para Linharelhos; Arranjo da sede da Junta de Freguesia de Salto; Aquisição da Casa do Capitão; Criação dos Bombeiros Voluntários de Salto (1988); Arranjo da Casa do Capitão para sede dos BV de Salto; Criação do Centro de Gestão Agrícola de Salto; Viatura cedida ao Centro de Gestão Agrícola de Salto; Outras pequenas obras (nas Escolas, águas, calcetamentos...) em quase todas as aldeias da freguesia.

Isto, Senhores deputados e Senhor Presidente da Câmara, feito sem fundos comunitários, durante 14 anos. O partido socialista está na câmara há 28 anos, o dobro do tempo, e o que é que fez em Salto?

O Sr. Orlando Alves, enquanto vereador, e agora como presidente, esteve sempre presente no edil municipal e só quase 30 anos depois é que se lembra de Salto? A sua terra?

Estas obras pecam por tardias, e é triste, descarregar sobre o PSD a ineficácia operante e reinante em Montalegre há quase 30 anos. Por quanto tempo mais?

Viva Salto! Viva Montalegre!

Outro assunto que queria debater aqui foi a mensagem de natal do Senhor Presidente da câmara.

Vejamos então:

O Senhor Presidente da Câmara de Montalegre, para enorme surpresa da direção do jornal NB, no princípio do mês de Dezembro passado, solicitou proposta para publicitar a sua Mensagem de Natal. Até aqui tudo bem, embora surpreendente, pois o Notícias de Barroso não era objeto de atenções desta natureza desde há vários anos a esta parte.

Mas, a surpresa maior, vem depois, quando a foto da dita Mensagem só inclui o Senhor Presidente e os vereadores socialistas, deixando de fora os vereadores da oposição, parecendo quase um poster cinéfilo do western spaghetti, aqueles filmes míticos do Sérgio Leone, só faltando a música do Ennio Morricone...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Ou seja, a referida mensagem, publicada no Notícias de Barroso e noutros jornais, é uma descarada promoção da Câmara socialista de Montalegre e do partido socialista. Só que a página foi paga pelos dinheiros públicos (dinheiro de todos nós) quando devia ser paga pelo Partido Socialista.

A Câmara socialista de Montalegre não acerta uma, faz sempre as coisas de forma atabalhoada e depois acontecem estas coisas: pontes sem estrada, pista sem carros, piscinas, sem água, campos de tiro sem atiradores, castelos medievais cheios de betão, escolas sem recreio! Na política, como na vida, não vale tudo! Haja decoro. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

A deputada Iva Rebelo falou do envelhecimento da população do concelho e como maioritariamente as pessoas tem falta de locomoção, não se admite que não se cumpra a lei no que diz respeito aos acessos a edifícios públicos. Nenhuma pessoa pode ficar impedida de fazer o seu dever cívico. No caso de Montalegre, os edifícios do tribunal, das finanças e a própria autarquia não tem acesso ao piso superior. Não sabe se o executivo recebe as pessoas no átrio e se está a pensar em solucionar este problema. Sabe que o edifício vai sofrer obras de requalificação e espera que os acessos a pessoas com dificuldades estejam previstos.

Perguntou se a Câmara tem feito alguma pressão sob os edifícios não municipais para que sejam criadas condições de acesso.

Disse que há muitas pessoas a reclamarem que no meio dos passeios há árvores plantadas e sem acessos. Quem tem carrinhos de bebé ou cadeiras de rodas, tem que se deslocar para a estrada para contornar o obstáculo. Este é um assunto que nos devia preocupar a todos.

O deputado António Ferreira falou da Feira do Fumeiro de Montalegre e disse que, com mais ou menos gente, pensa que foi a que mais volume de mercadoria vendeu e mais dinheiro realizou.

Relativamente ao assunto apresentado pelo Duarte Gonçalves sobre o Plano Nacional de Investimentos 2030 apresentado pelo Governo. Referiu que é o reflexo do voto do PSD contra a regionalização.

Desconhece que haja árvores no meio do passeio, mas se existirem, que digam onde é para se irem cortar.

Sobre as Águas de Portugal, admite que no verão haja dificuldade em garantir o consumo e não há outra solução se não aderir e consumir águas da barragem do Alto Rabagão. O preço subiria mesmo que não se aderisse às Águas do Norte. Perguntou se são obrigados a comprar sempre a água e se não será possível comprar só a água que precisamos e não a totalidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Salientou que há necessidade de comprar água no verão, mas admite que os contratos tenham que ser cumpridos.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras

Como deputada eleita democraticamente, venho mais uma vez dar voz ao povo. Já fui várias vezes abordada pelos populares sobre o tema sensível que aqui decidi expor hoje nesta assembleia. É sensível porquê? Porque provavelmente vou ser acusada de ataque pessoal ao presidente da Câmara, quando na verdade não o é. Pelo contrário, quem está a ser atacado nesta situação é sim, a freguesia de Salto, os seus habitantes e o meio ambiente.

Em 1995, a câmara municipal decidiu e bem, legalizar o Bairro das Terroeiras em Salto com uma área total de 178661 m², a fim de se regularizar a construção das casas clandestinas existentes e regularizar as infraestruturas. Com esse projeto, surgiu um loteamento habitacional, junto ao Bairro das Cargas, que por falta de verbas não foi avante, mas a Junta de Freguesia de Salto continua aceitar a inscrição de quem esteja interessado na aquisição de um lote, para a construção de habitação própria. No entanto, por volta do ano 2000, uma empresa de construção civil, começou a colocar nesse terreno, contentores, material de construção, viaturas, sucata, entulho, uma grua, depósitos de combustível para abastecimento das viaturas da empresa, isto tudo na terra. Quando é que a câmara põe em prática as suas competências ambientais, para resolver esta situação? Um terreno propriedade da junta de freguesia de Salto, destinado a ser um loteamento habitacional, passou a ser um estaleiro privado. Devo frisar que o terreno é atravessado pela Rua das Cargas, que é da responsabilidade do município. O povo questiona-se, como é isto possível? Apesar dos pedidos por parte da junta para que a empresa se retire do terreno, o responsável pela empresa recusa-se terminantemente a fazê-lo. A Junta de Freguesia de Salto interpôs uma ação em tribunal para o efeito, ação essa que nem o presidente da junta de Salto consegue dizer como se encontra. Provavelmente está numa gaveta de um tribunal. Estarão à espera que prescreva?

Mais, em 2017 a dita empresa, teve o atrevimento de vedar cerca de cinquenta mil m² do referido terreno, sem que a junta ou a câmara se opusessem. O povo questiona-se, se fosse um comum cidadão teria todo este consentimento e absoluta passividade por parte da junta e do município? Que medidas estão a ser tomadas para que o terreno volte ao seu dono? Neste momento, parte do terreno é um local de descarga ilegal de entulho e sucata, o povo questiona-se, porque não atua o município? Será por a referida empresa pertencer a familiares diretos do nosso presidente da câmara? A impunidade reina neste concelho, mas só para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

alguns, dado que um comum munícipe de Montalegre, tem de licenciar um canil em casa para ter dois ou três cães de caça ou até para mudar a telha da sua habitação. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

A deputada Ana Isabel Dias falou da Feira do Fumeiro e falou em duas vertentes: enquanto produtora e enquanto deputada municipal. Disse que, desde o ano de 2012, foi o melhor ano sob o ponto de vista de volume de negócios. Notou-se mais capacidade de compra e isso é um bom sinal. Tem levado mais produto e tem escoado todo. Admitiu que, sob o ponto de vista da organização, seja desagradável ver que alguns stands, no domingo à tarde já não tenham produto para venda, mas os produtores precisam de se ajustar.

Sobre o investimento feito no fabrico do fumeiro, afirmou que não concorda muito pois a questão artesanal do fabrico do fumeiro tem que ser preservada pois não nos podemos esquecer que o Barroso foi distinguido com o prémio da FAO como Património Agrícola Mundial.

Em nome dos produtores de fumeiro, deu os parabéns à organização do certame pela promoção, fazendo desta feira um destino de excelência.

Salientou a visita de vários membros do Governo que tem capacidade de decisão nas áreas que o Município tem vindo a investir e a desenhar o seu projeto de desenvolvimento para o concelho.

Finalizou, deixando uma palavra de agradecimento a todos os produtores de fumeiro que são a matéria prima desta feira e são a nossa imagem de marca. Não há associações que possam desenvolver o seu trabalho sem os seus associados. O trabalho deles tem que ser reconhecido. Se não houver produtores não há feira.

O deputado Manuel Rebelo disse que o concelho está sem ação e sem emprego. Não há fixação de pessoas no concelho. Propôs cinco pontos para a criação de postos de trabalho: agricultura, floresta, indústria, caça e pesca e turismo.

Relativamente à agricultura, disse que é muito importante criar zonas industriais agrícolas para criar condições para estábulos com água, luz e acessos. Se se matam 6 mil porcos na Feira de Fumeiro, estes deviam ser comprados no concelho. Todos ficavam a ganhar. Aqui cria-se muitos postos de trabalho. Se queremos bons produtos, a autarquia tem que prestar esse apoio.

Nas florestas, é preciso criar brigadas para limpeza de caminhos e estradas e apoiar no combate aos incêndios.

Na indústria, a Câmara tem que se dedicar às microempresas pois as zonas industriais estão desertas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Na caça e pesca, afirmou que o Rio Cávado está como estava há cinquenta anos atrás, com a diferença da diminuição do caudal. Se não houver investimento nos rios, as pessoas não nos procuram, já não se vê as barragens cheias de gente que vinham pescar de todo o país. Considerou que deviam ser criadas duas zonas de caça para se defenderem os interesses de todos e, no Turismo, se não houver caça e pesca e bons produtos, ninguém nos visita.

Terminou, dizendo que quando se fazem ajustes diretos, nos cadernos de encargos, deveriam por uma cláusula que exigisse que a mão de obra fosse do concelho.

O deputado Nuno Pereira, sobre a Feira do Fumeiro, disse que há pessoas que acham que o futuro deve ser deduzido pelo passado, mas o que faz falta é inovação. O fator inovador, de melhoria e transformação nunca esteja ausente nos planos da organização do certame.

Disse que o Senhor Vice-presidente foi desrespeitado por alguns deputados e exige que isso seja corrigido pois ele está, nesta reunião, na qualidade de Presidente do órgão Câmara Municipal. Quando o Presidente da Câmara efetivo não está, está o vice-presidente e como tal exige-se respeito.

Disse que não pode haver impunidade no concelho e se a deputada Sandra Gonçalves tem consciência que todas as instituições a que recorreu não resolvem o problema que denunciou, a deputada, para ser coerente com aquilo que disse, já deveria ter apresentado queixa ao Ministério Público. É um dever cívico e de pessoas civilizadas que querem resolver os problemas e não andar a tecer comentários menos elogiosos na praça pública. Isso arrasa a confiança das instituições e não há sociedade nenhuma que tenha instituições na lama. Os valores que as instituições preservam, da democracia e do bem público são postos em causa por questões demagógicas.

Disse que não se pode estar prisioneiro de presente, nem do passado. Hoje o PSD consegue reconhecer o sucesso da Feira do Fumeiro, mas há uns anos atrás punham em causa o sucesso da feira.

Inscreveram-se para segunda intervenção os seguintes deputados: Alberto Fernandes, Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e Nuno Pereira.

O deputado Alberto Fernandes disse fica contente por ver o deputado José João Moura elogiar os trabalhos feitos em Salto. O pai dele também fez algum trabalho na freguesia, fez o que pôde, mas os Saltenses não lhe perdoam o facto de levar o posto da GNR e a Escola do Baixo Barroso para a Venda Nova.

Sobre o terreno que a deputada Sandra Gonçalves falou, disse que, no tempo da outra Junta de Freguesia, no ano 2000, o Sr. Domingos Alves fez uma escritura por uso capião. O terreno



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

está registado e escriturado na Conservatória do Registo Predial de Montalegre. Disse que, como este caso, há muitos mais e exemplo disso é o da localização da casa da mãe da deputada Sandra Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que não é regimental o facto dos deputados responderem uns aos outros. O executivo é que tem que responder aos interpelantes.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o deputado Duarte Gonçalves interpreta mal o Regimento da Assembleia Municipal e não é isso que defende a democracia.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “O deputado Nuno Pereira, em vez de afirmar que não denunciei o caso às autoridades, deveria fazer a pergunta e não uma afirmação. Pois já denunciei várias vezes o crime ambiental às autoridades competentes e nada foi feito. Já perguntei várias vezes ao Presidente da Junta em que situação se encontra a situação, uma vez que a junta contestou a escritura em tribunal e nada sabe ou não se quer pronunciar. Venho a esta assembleia expor a situação, para que a câmara cumpra com as suas obrigações de entidade fiscalizadora e para obter respostas. Pois o povo questiona-se como é possível esta situação e nada é feito.

O Presidente da Junta falou, mas continuamos sem saber o que está a ser feito pela Junta para resolver a situação e para não justificar a falta de ação e conivência da Junta de Freguesia, o Presidente da Junta de Salto, informou esta assembleia que eu tenho um centro de abate de veículos e a minha mãe também tem uma casa num terreno que já pertenceu à Junta de Freguesia. Pois bem, o meu centro de abate é legal, está num loteamento industrial que adquiri à câmara, licenciado pelo Ministério do Ambiente e fiscalizado trimestralmente pelo SEPNA, não existem óleos, nem poluentes derramados ou espalhados na terra, caso contrário teria que me dirigir a esta Câmara para pagar as multas. O terreno onde a minha mãe construiu a casa, foi adquirido à Junta de Freguesia há anos e não usurpado. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves”.

O deputado Nuno Pereira disse que, se a deputada Sandra Gonçalves tivesse dito que já tinha feito denúncia às entidades competentes, ele não teria dito o que disse. Se disse o que disse foi porque a deputada não lhe deu a informação completa e muito relevante. Afirmou que alguém que vem pedir à Câmara que intervenha numa área que não é da sua competência, é demagógico e para fazer ataque pessoal e político.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que a moção trata de um assunto setorial importante, mas constata-se que há limitações. Não refere as causas, nem espelha o leque de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

necessidades prioritárias, nem tem em conta as novas dinâmicas nem as diligências e negociações com o Governo. Trata-se apenas de oportunismo, agitação e espetáculo de tentativa de sobrevivência política. Necessitava de outro tipo de abrangência.

Intervieram por mais uma vez os seguintes deputados: Duarte Gonçalves e Nuno Pereira.

O deputado Duarte Gonçalves disse que teve o cuidado de fazer um texto inócuo de um assunto transversal a todos. E julga que é do interesse do Município que todos os municípios. Quer o Douro, quer o Alto Tâmega, já fizeram moções e tem como principal preocupação este assunto. Não tentou fazer nenhum ataque ao Governo. É uma preocupação com as necessidades das populações.

Repudiou as palavras do Senhor Presidente da Assembleia pois a sua posição deveria ser neutra e não de influenciar a votação.

O deputado Nuno Pereira disse que, na moção, há uma proposta com a qual não concorda e que não tem sentido que é a recuperação da EN103. Na sua opinião, Montalegre deve lutar pelos fluxos de ligação à A24 e A7, por Boticas.

Disse que a moção peca porque continua a lutar-se por propostas feitas há muitos anos atrás não tendo em conta que as dinâmicas económicas e políticas mudaram. A Câmara de Montalegre deve fazer sindicato com as Câmaras do Alto Tâmega para garantir fluxos de pessoas e riqueza.

Salientou que concorda com a reivindicação dos direitos do interior, mas assentes em fundamentos válidos.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte voto declarado: “ Acácio Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS-PP, votou a favor da moção de censura do PNi2030 apresentada pelo deputado Duarte Gonçalves, com o intuito de atribuir a responsabilidade da ligação à A24 por Vilar de Perdizes e não pela EN103 ao Senhor Ex- Presidente da Câmara Municipal, Fernando Rodrigues que sempre considerou prioritário a ligação à A24 pela Assureira onde deixou o seu selo com a Ponte naquele lugar sem qualquer ligação. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O Senhor Vice-Presidente da Câmara felicitou o Presidente da Assembleia Municipal pela forma democrata como conduz as reuniões.

Começou por falar da moção apresentada pelo PSD e disse que a moção deixa no ar a inoperacionalidade da autarquia em relação a este assunto e isso não corresponde à verdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que o Senhor Primeiro Ministro levou em mão da CIM um dossier com os investimentos que seriam prioritários para a região. Os Municípios têm feito o seu trabalho. O Senhor Secretário de Estado da Valorização do Interior tem um conjunto de medidas para o interior que estão a começar a ser postas em execução, como é o caso dos descontos das portagens para as empresas. É preciso que as empresas acordem e façam um registo das viaturas para beneficiarem desse apoio. O Senhor Primeiro Ministro já explicou que os projetos PNI, são apenas os de valor superior a 50.000,000€. Disse que o reconhecimento do sucesso da Feira do Fumeiro é unânime. Quando corre bem, não é só para a Câmara, corre bem para todo o concelho.

Discorda do deputado Duarte Gonçalves quando este diz que a Feira pode estar a atingir o ponto de saturação, pois nem está no seu ponto mais alto, ainda pode crescer mais. Não se pode é ter medo de ter ambição. Os números da Feira do Fumeiro irão ser apresentados mais tarde depois do estudo feito pelo ISAG ser entregue. Deu vários exemplos que provam a vitalidade da Feira.

Falou ainda que, pela primeira vez, apresentou-se um livro na Feira do Fumeiro que trouxe muita gente e onde se venderam muitos livros. Trata-se do melhor catálogo dos produtos derivados do porco com apresentação clara dos próprios produtores. É uma homenagem, feita pelo Chef Nuno Diniz, ao mundo do interior. Quem visitou o “Espaço Showcooking” ficou agradado das várias atividades que lá foram desenvolvidas, o que faz com que haja, cada vez mais, a visita de donos de restaurantes, traduzindo que os produtos da Feira do Fumeiro de Montalegre chegam a públicos específicos que podem ser uma grande alavanca para o comércio destes produtos.

Afirmou que a Feira do Fumeiro ainda não atingiu o seu ponto de saturação porque em 2017, entraram na feira 4043 kg de presunto e, em 2019, entraram 8502 kg de presunto. Em 2017, entraram 9000kg de alheiras, em 2019, entraram 16887kg do mesmo produto. Em 2017, entraram 4000 kg de chouriças e em 2019 entraram 8300kg. São números claros e não vale a pena ver se veio mais gente ou menos. O que importa é que se vendeu mais. Montalegre já foi conhecida como a terra da batata, hoje tem que ser vista como a terra do presunto. Temos que olhar para a frente, afirmou. Deixou uma palavra de reconhecimento aos produtores, à Associação de Fumeiro, ao controlo de qualidade do Veterinário Domingos Moura e ao Matadouro.

Referiu que o cluster do fumeiro só avança se houver espírito empreendedor e os jovens têm de se juntar para dar o salto e ganhar dimensão, aumentar o produto de venda.

Informou que foi feita uma candidatura pela Associação de Produtores de Fumeiro para valorização da fileira do fumeiro, onde estão a ser gastos 500 mil euros. Existe um modelo de negócio definido, um projeto para uma casa de salgueiro e secagem do presunto, mas não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

investidores. O Município dá a base, o resto tem que ser a iniciativa privada a desenvolver o negócio.

Sobre o spot da Feira do Fumeiro, disse que o Pedro Nunes é um humorista que fez um rábula. Depois do sucesso da feira, falar de um spot e se gostam ou não é redutor.

Sobre as Águas do Norte, disse que os estudos foram feitos e já vem de 2012, mas é normal que se tenha medo de mudar, qualquer mudança custa. Montalegre tem um contrato de exclusividade e é uma forma de dar qualidade à água. A nascente do Larouco está no fim e não vê ninguém elogiar a Câmara por deixar o rio Cávado com água sobretudo no verão quando quase seca na Vila. Um estudo feito pelos técnicos diz que a diferença entre a água faturada e os custos com as bombagens é de 28 mil euros e por 28 mil euros a Câmara assume trazer a água da barragem, evitando todos os problemas associados à falta de água no rio.

Disse que o PSD julga que o executivo socialista faz investimento a mais no Baixo Barroso, mas a obra que se faz é a que faz falta e por isso “deixamos” obra feita como nos Bombeiros, o Ecomuseu, no Torrão da Veiga, nos arruamentos e muito investimento na Borralha para ancorar o turismo. Não há turismo sem a qualificação de um território.

Repudiou o deputado José João Moura pelo paralelismo/ metáfora que fez com a máfia e o executivo, pois já não é a primeira vez que o faz e isso não lhe fica bem, revela falta de educação e falta de respeito democrático.

Sobre a lei das acessibilidades, salientou que toda a gente concorda com ela e por isso mesmo foi criado o espaço de cidadão no edifício da autarquia, o qual tem uma rampa de acesso, no Ecomuseu e Multiusos, onde há elevador, pois o Estado tem que dar o exemplo.

Sobre o direito de propriedade levantado pela deputada Sandra Gonçalves, disse que é um assunto que deve ser debatido em tribunal e não na Câmara.

Assumi que sabe bem, a quem organiza um evento, receber membros do Governo com competências nos Ministérios que, para Montalegre, são mais queridos, como é o caso da agricultura, turismo e autarquias locais. Se a feira não tivesse impacto suficiente a nível nacional, eles não viriam a Montalegre e isso deve ser um motivo de orgulho de todos os Barrosões.

Ainda sobre a Feira do Fumeiro, disse que, muitas vezes, tem-se medo de mudar e trazer o campeão do mundo de pizza napolitana para fazer pizzas é arriscado, mas se queremos inovar tem que se arriscar. As pizzas são feitas com produtos da feira e ele, dono de um restaurante em Matosinhos, perguntou quem é que lhe vendia todo o ano 5 kg de alheiras por semana e sem discutir o preço. Mas ninguém lhe soube responder. Não há quem as faça durante todo o ano. O empreendedorismo está no coração, mas essencialmente na cabeça de cada um, por isso se torna tão difícil encontrar novos empreendedores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre as propostas apresentadas pelo deputado Manuel Rebelo, afirmou que algumas são irrealistas e outras já estão feitas. Estão a ser feitos, juntamente com o ICNF, os polígonos pecuários pois são obrigatórios por lei. É um trabalho muito difícil e estão a ser definidas as áreas. A Câmara de Montalegre já apoia muito a agricultura com o pagamento da sanidade animal, o apoio ao abate aos produtores de fumeiro, o apoio aos pequenos ruminantes, com a tentativa de aumentar as produções, e o apoio à raça barrosã como raça autóctone, para não falar dos eventos com grande dimensão para que o consumo dos produtos locais seja feito, em todos os agentes turísticos do concelho.

Disse que, na área florestal, não há concelho nenhum que tenha tantas equipas florestais e é preciso questionar os conselhos de baldios onde gastam o dinheiro.

Informou que a Coopbarroso tem mais uma candidatura aprovada e serão criados mais cinco postos de trabalho.

Sobre a caça e a pesca, disse que concorda que têm que ser valorizadas e dar água aos rios é uma boa forma de ajudar a pesca. Tudo faremos para promover o repovoamento dos nossos rios.

Sobre a criação de emprego nas empreitadas, disse que concorda com o deputado Manuel Rebelo, embora a proposta apresentada seja um contrassenso em relação ao que o PSD diz sobre as adjudicações diretas feitas pela Câmara. O PSD tanto critica as empresas locais e agora um deputado vem dar razão ao trabalho da Câmara.

Inscreveram-se para uma última intervenção os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e Manuel Rebelo.

O deputado Duarte Gonçalves disse que a ideia da apresentação da moção não é para se sobrepor à Câmara, foi para lançar o desafio na Assembleia.

Sobre a Feira do Fumeiro, disse que é o ciclo natural dos produtos, todos tem o seu declínio. O que importa é a quantidade de dinheiro que entra no concelho.

Disse que o Vice-presidente não respondeu à questão colocada sobre se se vai verificar aumento das tarifas da água ou não. No Minho não aderiram às Águas do Norte e criaram as Águas do Minho. É preciso exigir contrapartidas. É preciso saber se a dívida dos 2 milhões de euros é saldada ou não.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “O Vice-presidente da Câmara acusa a oposição de vir “bater” no executivo. Se pensava que vínhamos para a Assembleia passar a “mão no pêlo” ao Partido Socialista, desengane-se. Estamos aqui para falar dos problemas graves que assolam o concelho e que o executivo não resolve na sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

maioria. A oposição faz propostas que são peremptoriamente chumbadas de cruz, sem que o Partido Socialista sequer se predisponha a discuti-las. O Vice-presidente descarta as responsabilidades quanto ao assunto que aqui trago, quando a câmara sabe perfeitamente que tem o poder de fiscalizar e fazer cumprir as leis. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves”.

O deputado Manuel Rebelo disse que visita algumas obras e não conhece os trabalhadores e isso traduz que o dinheiro acaba por ir para fora do concelho. A riqueza constrói-se se o dinheiro for gasto em Montalegre.

O Senhor Vice-Presidente disse que a contratação pública tem regras e não foi o executivo que as delineou, apenas tem que as cumprir.

Sobre o aumento que se vai sentir na fatura da água, é uma imposição da ERSAR que impõe. Todo o investimento que é feito em saneamentos e em água está associado ao aumento do custo da água para que seja sustentável. Quanto mais se investir em saneamentos, mais vai subir o preço da água.

Quanto ao contrato com as Águas do Norte, não há forma de fugir ao contrato de exclusividade. As Águas do Norte vão ficar com a ETAR de Montalegre, de Salto e muitos depósitos.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Descentralização – Lei-Quadro de Transferências de Competências para as Autarquias Locais – lei nº 50/2018, de 16 de agosto;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Relativamente ao assunto supra referenciado, o Senhor Vice-Presidente da Câmara fez a explicação e apresentação da proposta submetida à reunião do executivo no dia dezassete de janeiro do ano em curso e a deliberação tomada naquele órgão, sobre as competências que foram aceites e não aceites pelo executivo.

Inscreveram-se para intervir sobre este assunto os seguintes deputados: Duarte Gonçalves e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que, pelos documentos apresentados, não se percebe quais são as competências que a Câmara de Montalegre vai aceitar ou não e por essa razão o PSD vai abster-se. O que muitas Câmaras estão a fazer é discutir competência a competência e os decretos de lei correspondentes. Trata-se de um processo muito vago. Muita água vai correr pois a própria ANMP não chega a consensos. Não se conhecem os cadernos de encargos, nem as transferências que vão ser feitas. Trata-se de um assunto demasiado sério para ser tratado de forma tão atabalhoada.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Exmo. Público: a Constituição Portuguesa consagra expressamente os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização.

Apesar de já terem decorrido 40 anos desde a implementação no nosso país do poder autárquico democrático e do desígnio da descentralização ter sido constitucionalmente reforçado, nomeadamente com a revisão constitucional de 1997, o certo é que o nosso país, durante muitos e longos anos, foi um dos mais centralizadores.

O CDS-PP não tem dúvidas de que as autarquias locais têm constituído um veículo essencial no domínio da descentralização de políticas e do desenvolvimento económico e social das populações, essenciais na oferta de serviços públicos de qualidade aos portugueses, integrando a primeira linha e a mais próxima de apoio, em áreas relevantes como saúde, ação social, a valorização e dignificação de equipamentos educativos e habitação social.

O anterior Governo PSD/CDS desenvolveu e implementou uma profunda reforma, nomeadamente no que se refere às atribuições e competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais através do DL 75/2013 de 12 de Setembro.

Por outro lado, no que se refere a áreas como educação, saúde, segurança social, cultura e transportes, foram aprovados diversos diplomas no sentido de efetivar a descentralização destas funções sociais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Aquela profunda reforma necessitava de ser aprofundada, tendo o atual Governo, desde o início desta legislatura, assumido o compromisso de a concretizar.

No entanto, o processo de descentralização, conduzido pelo atual Governo, tem-se traduzido numa grande trapalhada, com avanços e recuos, prazos sistematicamente prorrogados, indefinições, falta de estudos, análises e dados concretos, nomeadamente no que se refere aos meios necessários para a descentralização de competências.

O processo de descentralização, conforme é reconhecido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, envolve três peças fundamentais e complementares entre si: a lei-quadro, os diplomas setoriais e a Lei das finanças locais, que deveriam ter sido discutidos, desenvolvidos e aprovados simultaneamente.

No dia 18 de julho do ano passado a Assembleia de República aprovou com os votos favoráveis do PS e PSD, a lei-quadro da descentralização, bem como as alterações à Lei das Finanças Locais.

Aqueles diplomas, conforme o CDS alertou, foram aprovados de forma apressada e irresponsável, apenas como resultado de um acordo estabelecido entre os dois maiores partidos PSD e PS.

A Lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as CIM's – Lei 50/2018, de 16 de agosto, que entrou em vigor em 17 de agosto, prevê que a transferência de competências seja feita gradualmente, até janeiro de 2021 e depende da prévia aprovação pelo governo, de decretos-lei setoriais relativamente a cada área a transferir.

A alínea a) do nº2 do srtº4º da referida lei-quadro, estipula que as autarquias e as CIM's que não pretendam a transferência de competências no corrente ano de 2019 comunicam esse facto à Direção Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido até ao dia 15 de setembro de 2018, data esta posteriormente prorrogada por não terem sido publicadas naquela data os decretos setoriais, o que vai acontecer em novembro de 2018.

É fundamental que a descentralização seja uma verdadeira descentralização de poder de decisão e verbas orçamentais e não uma mera transformação das Câmaras Municipais em prestadores de serviços locais ou tarefeiros das Direções Gerais e de Institutos públicos.

Transferir competências implica não só a manutenção da respetiva autonomia administrativa e a atribuição do poder de execução ao órgão destinatário das novas competências, mas também o poder de decisão, regulamentação, planeamento e fiscalização, de modo a que o órgão possa assumir o encargo de desenvolver funções públicas e de prestação de serviços de qualidade, eficientes, universais e em condições de igualdade de acesso. Acrescendo a indispensável transferência pelo governo, dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Se repararmos no relatório elaborado pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais entregue à ANMO o Governo quer transferir 889.7 milhões de euros. Deste valor global a grande fatia é para a educação 797 milhões e o restante para saúde, habitação e cultura não vai cobrir os gastos que as autarquias vão ter com as competências.

Ao CDS-PP a descentralização apresenta-se como essencial para um efetivo e melhor desenvolvimento económico e social de toda a população portuguesa desde que seja assegurado pelo governo que as competências a transferir sejam acompanhadas de meios financeiros, humanos e patrimoniais, caso contrário as autarquias deverão rejeitar o exercício de qualquer competência. Assinado, o representante do Grupo Parlamentar do CDS-PP Acácio da Silva Gonçalves.”

O Senhor Vice-presidente pediu desculpa pela não entrega da ata da reunião de Câmara onde diz claramente que o Senhor Presidente da Câmara de Montalegre propõe que o Município aceite as transferências das seguintes competências: Proteção Civil, Património Imobiliário Público sem utilização, a gestão de praias marítimas, fluviais e lacustres no domínio público do Estado, autorização e exploração das modalidades afins de jogo, de fortuna ou azar e outras formas de jogo. Propôs ainda, não aceitar as competências relativas com a justiça, habitação, estruturas de atendimento ao cidadão e vias de comunicação e estacionamento públicos. A principal razão da não aceitação destas competências, por parte do Município, prende-se com o facto de serem assumidas pela CIM, como é o caso da Justiça. No caso da habitação social porque não está bem clara a execução e pacote financeiro associado. No caso do atendimento ao cidadão, disse que para já, não faz sentido sem haver protocolo com a AMA para se centralizarem todos os serviços numa loja do cidadão. A sinalização total do estado da via pública e de eventuais acidentes devido ao mau estado da via passariam para o Município e não há garantias nem salvaguardas para a Câmara. Referiu que temos que ser cautelosos porque é precoce e vamos aguardar serenamente.

Sobre a saúde e a educação, disse que são dossiers que estão a ser trabalhados desde o ano passado e os estudos financeiros apresentados ao Município não estão corretos e isso já foi transmitido à ANMP e ao Secretário de Estado das Autarquias Locais. Não constava sequer os números de funcionários a transferir, os valores dos custos reais da água, de luz, de telecomunicações. Desta forma, foi feita uma contraproposta para que a Administração Central avalie de forma mais séria este assunto. Atribuir 40 mil euros para fazer a manutenção do Centro de Saúde não lhe parece correto, se não a entrada das urgências não estava como está. Se fosse responsabilidade da Câmara, já tinham vindo bater à porta do Presidente a reclamar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Concluiu, dizendo que há uma série de diplomas que ainda não tem data limite para aceitação. Ainda esta semana saiu um diploma a dizer que o Castelo passa para o Município.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com um voto contra do deputado Acácio Gonçalves e seis abstenções dos deputados, Duarte Gonçalves, José João Moura, Iva Rebelo Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves e Jorge Lestra, aceitar as seguintes competências, Proteção Civil – Decreto-Lei n.º103/2018 de 29 de novembro, Património Imobiliário Público sem utilização – Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, Gestão das Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres, integradas no domínio público do estado – Decreto-Lei n.º97/2018, de 27 de novembro, autorização e exploração das modalidades afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogos – Decreto-Lei n.º98/2018, de 27 de novembro e, não aceitar a transferência das seguintes competências: Justiça, Habitação, Estruturas de Atendimento ao Cidadão, Vias de Comunicação e Estacionamento Público.

4.3. Descentralização – Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – lei nº 50/2018, de 16 de agosto;

Relativamente ao assunto supra referenciado, o Senhor Vice-Presidente da Câmara fez a explicação e apresentação da proposta submetida à reunião do executivo no dia dezassete de janeiro do ano em curso e a deliberação tomada naquele órgão, sobre as competências que foram aceites e não aceites pelo executivo.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com oito abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Iva Rebelo, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves, Jorge Lestra, José Fernando Moura e Acácio Gonçalves, aceitar, no âmbito das entidades intermunicipais, a transferência das competências respeitantes apenas às áreas de Proteção Civil (DL n.º103/2018 de 29 de novembro) Fundos Europeus e Captação de Investimento (DL n.º102/2018, de 29 de novembro), Turismo (DL n.º99/2018 de 28 de novembro) e Justiça (DL n.º101/2018 de 29 de novembro).

4.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019. Artigo 6º da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Assembleia tomou conhecimento.

4.5. CPCJ / Relatório Anual de Atividades e Avaliação, relativo ao ano de 2018/ Para conhecimento.

O Senhor Vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e, não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

O 2º Secretário

Ana Maria Barros Martins